

CAB - Águas do Agreste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
CAB Águas do Agreste S.A.
Arapiraca - Alagoas

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Águas do Agreste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Águas do Agreste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia necessitará de recursos financeiros próprios/ de acionistas ou de terceiros para cumprir com seu plano de investimentos, cuja captação pode ser afetada em decorrência dos eventos da operação “Lava Jato” da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB - Águas do Agreste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	75	113	Fornecedores e outras contas a pagar	11	10.178	67.217
Outros investimentos	9	5.374	37.695	Financiamentos	12	2.579	-
Depósitos bancários vinculados		259	-	Debêntures	13	-	110.580
Contas a receber e outros recebíveis	10	34.384	22.406	Obrigações fiscais	14	752	5.290
Impostos e contribuições a recuperar		317	495	Provisões e encargos trabalhistas		677	334
Estoques		277	177	Imposto de renda e contribuição de social a pagar		127	50
Despesas antecipadas		131	132	Dividendos a pagar	18d	12.193	-
Total do ativo circulante		40.817	61.018	Total do passivo circulante		26.506	183.471
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos			
Contas a receber e outros recebíveis	10	228.748	197.260	Obrigações fiscais	14	23.581	16.319
Depósitos judiciais		78	134	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	14.822	8.332
Impostos e contribuições a recuperar		4.072	3.891	Total do passivo não circulante		188.665	24.651
Total do realizável a longo prazo		232.898	201.285	Patrimônio líquido	19		
Imobilizado		1.749	1.344	Capital social		40.000	40.000
Intangível		34	8	Reservas de lucros		20.327	15.533
Total do ativo não circulante		234.681	202.637	Total do patrimônio líquido		60.327	55.533
Total do ativo		275.498	263.655	Total do passivo		215.171	208.122
				Total do passivo e patrimônio líquido		275.498	263.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Águas do Agreste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	20	100.389	173.842
Custo dos serviços prestados	21	<u>(58.836)</u>	<u>(127.237)</u>
Lucro bruto		<u>41.553</u>	<u>46.605</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(3.578)	(3.862)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(189)</u>	<u>(3)</u>
		<u>(3.767)</u>	<u>(3.865)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>37.786</u>	<u>42.740</u>
Receitas financeiras	22	3.021	3.737
Despesas financeiras	22	<u>(13.813)</u>	<u>(7.869)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(10.792)</u>	<u>(4.132)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>26.994</u>	<u>38.608</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(954)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(6.490)</u>	<u>(8.123)</u>
Resultado do exercício		<u><u>19.550</u></u>	<u><u>30.485</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Águas do Agreste S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	<u>19.550</u>	<u>30.485</u>
Resultado abrangente total	<u><u>19.550</u></u>	<u><u>30.485</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Águas do Agreste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital Subscrito e integralizado	Reservas			Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2013	40.000	(36.000)	4.000	-	-	-	(14.952)	(10.952)
Integralização de capital	-	36.000	36.000	-	-	-	-	36.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	30.485	30.485
Reserva legal	-	-	-	777	-	-	(777)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	14.756	(14.756)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>40.000</u>	<u>777</u>	<u>-</u>	<u>14.756</u>	<u>-</u>	<u>55.533</u>
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(14.756)	-	(14.756)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	19.550	19.550
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	1.712	-	(1.712)	-
Reserva legal	-	-	-	892	-	-	(892)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	16.946	(16.946)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>40.000</u>	<u>1.669</u>	<u>1.712</u>	<u>16.946</u>	<u>-</u>	<u>60.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Águas do Agreste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	19.550	30.485
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	310	165
Resultado na venda de imobilizado	6	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6.490	8.123
PIS e Cofins diferidos	(7.262)	-
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente e outros investimentos	(31.376)	(9.048)
Juros incorridos de financiamentos	13.536	7.470
Imposto de renda e contribuição social provisionados	954	-
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(12.985)	(208.867)
Aumento em estoques	(100)	(11)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(3)	(3.602)
Redução em despesas antecipadas	1	138
Redução (aumento) em depósitos judiciais	56	(134)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	(57.069)	66.464
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	343	170
Aumento em obrigações fiscais	9.986	20.756
Juros pagos de financiamentos	(8.842)	(2.731)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(877)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	<u>(67.282)</u>	<u>(90.622)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(685)	(1.181)
Aquisições do ativo intangível	(32)	-
Outros investimentos	33.216	(15.210)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	<u>32.499</u>	<u>(16.391)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	142.567	-
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	(259)	-
Debêntures emitidas	-	105.000
Pagamento de debêntures	(105.000)	(33.900)
Dividendos pagos	(2.563)	-
Integralização de capital	-	36.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>34.745</u>	<u>107.100</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(38)</u>	<u>87</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	113	26
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>75</u></u>	<u><u>113</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota	Base de preparação	
1	Contexto operacional	11
2	Base de preparação	11
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4	Uso de estimativas e julgamentos	11
	Políticas contábeis	
5	Base de mensuração	13
6	Mudanças nas políticas contábeis	13
7	Principais políticas contábeis	13
	Ativos	
8	Caixa e equivalentes de caixa	20
9	Outros investimentos	20
10	Contas a receber e outros recebíveis	21
	Passivos e patrimônio líquido	
11	Fornecedores e outras contas pagar	21
12	Financiamentos	22
13	Debêntures	22
14	Obrigações fiscais	23
15	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23
16	Provisão para contingências	24
19	Patrimônio líquido	31
	Instrumentos financeiros	
17	Instrumentos financeiros	24
	Desempenho do ano	
20	Receita operacional líquida	31
21	Custos e despesas por natureza	32
22	Receitas financeiras e despesas financeiras	32
	Outras informações	
18	Partes relacionadas	29
23	Cobertura de seguros	32
24	Compromissos	33
25	Aspectos ambientais	33

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Águas do Agreste S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

A Companhia tem previsão orçamentária para cumprir com o plano de manutenção e operacionalização do sistema adutor. O sucesso destes investimentos depende da captação de recursos junto a terceiros ou aportes dos acionistas, a qual pode ser afetada pela citação da parte relacionada Galvão Engenharia S/A na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os

valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 17 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- a) ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;
- b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- c) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL*

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à CASAL, o qual, de acordo com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da CASAL.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	16,02%	16,02%
Juros efetivos do contrato de concessão	14,20%	16,09%

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de concessão pública e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

Para melhor apresentação, os valores correspondentes ao exercício de 2013 foram reclassificados de receitas financeiras para receitas operacionais.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimento;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- juros sobre empréstimos com partes relacionadas;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre financiamentos.

As receitas e as despesa financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014.

e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iii) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras e quotas de fundo de investimento registradas em outros investimentos e depósitos bancários vinculados.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de

instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	2	5
Saldos bancários	73	108
Total	<u>75</u>	<u>113</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionado à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 17.

9 Outros investimentos

	<u>Taxa média de juros (%) a.a.</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures	9,53	551	-
Certificado de depósito bancário	10,77	4.823	-
Fundo de investimento	7,94	-	37.695
Total		<u>5.374</u>	<u>37.695</u>

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Possuem vencimento entre 1 e 2 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

A exposição da Companhia a risco de crédito, de taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa nº 17.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recebíveis de contratos de concessão		262.962	178.785
Adiantamentos		128	182
Partes relacionadas - operações mensais	18	42	-
Partes relacionadas - empréstimos a receber	18	-	40.699
Total		<u>263.132</u>	<u>219.666</u>
Ativo circulante		34.384	22.406
Ativo não circulante		228.748	197.260

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldos iniciais	178.785	-
Receita decorrente de serviços de operação	8.719	10.272
Receita decorrente de serviços de construção	71.421	174.403
Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	30.481	6.886
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(26.444)	(12.776)
Saldos finais	<u>262.962</u>	<u>178.785</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados a recebíveis de contrato de concessão é divulgada na nota explicativa nº 17.

11 Fornecedores e outras contas pagar

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores diversos		429	1.509
Partes relacionadas - operações mensais	18	9.749	65.708
Total		<u>10.178</u>	<u>67.217</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 17.

Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. Os compromissos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

31 de dezembro de 2014	Compromissos		12	1-2
	futuros		meses	anos
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>				
Compromissos com contratos	24.367	23.943	424	

31 de dezembro de 2013	Compromissos		12	1-2	2-5
	futuros		meses	anos	anos
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>					
Compromissos com contratos	34.469	33.792	659	18	

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

12 Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 17.

Linha de crédito	Indexador	Juros		Vencimento	2014	2013
		médios a.a. (%)				
FCP - SAN	TR	9,50		de 2015 a 2035	152.672	-
Finame		6,00		de 2015 a 2019	169	-
Total					152.841	-

Passivo circulante	2.579	-
Passivo não circulante	150.262	-

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas.

13 Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros		Vencimento	2014	2013
		médios a.a. (%)				
Debêntures	CDI	8,02		2014	-	110.580

Em 12 de julho de 2013 a Companhia emitiu 1.050 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em única série, no valor nominal unitário de R\$ 100, sendo o valor total da emissão de R\$ 105.000. Apresentam prazo de vencimento de 240 dias a partir da data de emissão, sendo o vencimento final previsto para março de 2014.

Garantias: Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental e Galvão Participações S.A, prestam fiança pelo valor garantido de forma solidária em caráter irrevogável e irretratável até a data do pagamento integral da dívida.

14 Obrigações fiscais

	2014	2013
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) diferido – contrato de concessão	19.375	13.408
Programa de Integração Social (PIS) diferido – contrato de concessão	4.206	2.911
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	559	322
Programa de Integração Social (PIS)	121	70
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	38	40
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido a recolher	11	2.925
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	9	66
Imposto sobre Serviços (ISS) retido a recolher	7	1.843
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	7	24
	24.333	21.609
Passivo circulante	752	5.290
Passivo não circulante	23.581	16.319

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	15.214	9.285	(5.929)	(9.285)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	-	506	506	(286)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	306	1.459	-	-	(1.153)	1.459
Outras diferenças temporárias	86	-	-	-	86	(11)
	392	1.459	15.214	9.791	(6.490)	(8.123)
Compensação (*)	(392)	(1.459)	(392)	(1.459)	-	-
Total	-	-	14.822	8.332	(6.490)	(8.123)

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

A Companhia optou pela não adoção antecipada do novo regime de tributação na apuração do imposto de renda e contribuição social a pagar do ano fiscal de 2014. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício reflete essa opção.

Reconciliação da taxa efetiva	2014	2013
Resultado do exercício antes dos impostos	26.994	38.608
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(9.178)	(13.127)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(9)	(3)
Receita diferida contrato de concessão	-	3.612
Subvenção Governamental	1.712	-
Prejuízo fiscal e base negativa constituídos	-	1.182
Outras	31	213
Imposto corrente	(954)	-
Imposto diferido	(6.490)	(8.123)
Alíquota efetiva	28%	21%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

16 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível somaram o montante de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2014, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2014								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Outros investimentos	5.374	-	-	5.374	-	5.374	-	5.374
Depósitos bancários vinculados	259	-	-	259	-	259	-	259
Total	5.633	-	-	5.633	-	5.633	-	5.633
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	75	-	75	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	263.132	-	263.132	-	-	-	-
Total	-	263.207	-	263.207	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Financiamentos	-	-	152.841	152.841	-	152.841	-	152.841
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	10.178	10.178	-	-	-	-

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2013								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Outros investimentos	37.695	-	-	37.695	-	37.695	-	37.695
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	113	-	113	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	219.666	-	219.666	-	-	-	-
Total	-	219.779	-	219.779	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Debêntures	-	-	110.580	110.580	-	110.580	-	110.580
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	67.217	67.217	-	-	-	-

b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2014.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia emite uma nota fiscal de contraprestação informando o valor a ser recebido para a CEF que deve ser aprovado pela CASAL. No caso de haver atraso no processo de aprovação, a CEF transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	8	75	113
Outros investimentos	9	5.374	37.695
Depósitos bancários vinculados		259	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	263.004	219.484
Total		268.712	257.292
Ativo circulante		39.964	60.032
Ativo não circulante		228.748	197.260

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com

outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2014	2013
Fornecedores e outras contas a pagar	11	10.178	67.217
Financiamentos	12	152.841	-
Debêntures	13	-	110.580
Total		163.019	177.797
Passivo circulante		12.757	177.797
Passivo não circulante		150.262	-

A Companhia realizou abertura de crédito junto a CEF para fins de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água, conforme divulgado na nota explicativa nº 12. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode ocasionar a suspensão ou liquidação antecipada do financiamento.

Todas as cláusulas restritivas referentes aos financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2014	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 248 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	10.178	10.178	10.178	-	-	-	-	-
Financiamentos	152.841	320.404	8.681	23.191	22.406	21.622	20.821	223.683

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	67.217	67.217	67.217
Debêntures	110.580	112.996	112.996

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2014	2013
Ativos financeiros			
Outros investimentos	9	5.374	37.695
Depósitos bancários vinculados		259	-
Recebíveis de contratos de concessão	10	262.962	178.785
Partes relacionadas - empréstimos a receber	10	-	40.699
Passivos financeiros			
Financiamentos	12	152.672	-
Debêntures	13	-	110.580

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Outros investimentos	5.374	CDI	10,64	11,77	60	13,30	143	15,96	286
Depósitos bancários vinculados	259	CDI	10,20	11,31	3	12,75	7	15,30	13
Recebíveis de contratos de concessão	262.962	IPCA	6,59	6,77	471	8,24	4.332	9,89	8.665
Passivos financeiros									
Financiamentos	(152.672)	TR	9,50	10,21	(1.084)	11,88	(3.626)	14,25	(7.252)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(550)		856		1.712

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Outros investimentos	5.374	CDI	10,64	11,77	60	7,98	(143)	5,32	(286)
Depósitos bancários vinculados	259	CDI	10,20	11,31	3	7,65	(7)	5,10	(13)
Recebíveis de contratos de concessão	262.962	IPCA	6,59	6,77	471	4,94	(4.332)	3,30	(8.665)
Passivos financeiros									
Financiamentos	(152.672)	TR	9,50	10,21	(1.084)	7,13	3.626	4,75	7.252
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(550)		(856)		(1.712)

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP, a TR e o IPCA do BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2014.

d) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total do passivo	215.171	208.122
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(75)</u>	<u>(113)</u>
(=) Passivo líquido (A)	215.096	208.009
Total do patrimônio líquido (B)	<u>60.327</u>	<u>55.533</u>
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	<u><u>3,57</u></u>	<u><u>3,75</u></u>

18 Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração da diretoria	843	837
Benefícios diretos e indiretos	<u>51</u>	<u>48</u>
Total	<u><u>894</u></u>	<u><u>885</u></u>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercício findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 11)	(Nota 11)		
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	3	-	-	143	-
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	6	101	(1.230)	(648)
Galvão Engenharia S.A.						
- Contrato particular de engenharia	(c)	-	9.654	65.577	(37.523)	(117.953)
- Centro de soluções compartilhadas- CSC	(d)	39	-	89	(252)	(269)
CAB Gerenciadora S.A.						
- Contrato de gerenciamento de obras	(e)	-	-	-	(2.292)	(1.233)
Total		<u>42</u>	<u>-</u>	<u>9.749</u>	<u>(41.154)</u>	<u>(120.103)</u>

Não circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Em clientes e outras contas a receber	(Nota 10)	(Nota 10)				
Empréstimos	(f)	-	40.699	-	1.353	893

- (a) Refere-se a repasses com gasto de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiro), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2014, o prazo remanescente é de 28 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (c) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S.A. O valor global do contrato totaliza R\$ 179.911. Em 31 de dezembro de 2014 o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 37.523 registrados como custo dos contratos de construção.
- (d) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (e) Refere-se ao contrato de gerenciamento de obras compreendendo toda assessoria para realização das obras previstas e delimitadas no plano de negócio, sendo a remuneração de até 5% do valor dos investimentos realizados. O contrato tem como prazo de encerramento a conclusão dos serviços / investimentos necessários para cumprimento do contrato de concessão.
- (f) Refere-se a empréstimo firmado entre Companhia e e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.
- d) Dividendos a pagar**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 19c, em 21 de outubro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos provenientes do saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 14.756. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia pago o montante de R\$ 2.563, possuindo dividendos a pagar de R\$ 12.193 ao seu acionista.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 40.000.000 ações ordinárias (idêntico em 2013), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2014	2013
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	100%	100%

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, desde que seja atendido o índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD.

Em 21 de outubro de 2014, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia efetuou distribuição de dividendos relativos ao saldo da reserva de retenção de lucros.

20 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de contrato de construção	71.421	174.403
Receita de ativo financeiro (*)	30.481	6.886
Receita de prestação de serviço da operação	8.719	10.272
Impostos sobre os serviços prestados	(10.232)	(17.719)
Total	100.389	173.842

(*) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro. A parcela da remuneração do ativo financeiro de concessão, foi reclassificada do resultado financeiro em 2013 para receita da operação com base na OCPC 05.

21 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2014	2013
Contrato de construção	(54.431)	(122.180)
Custos com pessoal	(2.481)	(1.515)
Custos de concessão	(1.841)	(3.467)
Depreciação e amortização	(231)	(88)
Crédito Pis e Cofins	148	13
Total	(58.836)	(127.237)

Despesas administrativas e gerais	2014	2013
Serviços contratados	(1.424)	(1.330)
Despesas com pessoal	(957)	(1.224)
Depreciação e amortização	(79)	(77)
Outras despesas	(1.118)	(1.231)
Total	(3.578)	(3.862)

22 Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	2014	2013
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	623	-
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	1.045	2.162
Resultado de operações com partes relacionadas	1.353	36
Outras receitas financeiras	-	1539
Total	3.021	3.737

Despesas financeiras	2014	2013
Juros sobre financiamentos e debêntures	(13.537)	(7.478)
Outras despesas financeiras	(276)	(391)
Total	(13.813)	(7.869)

Resultado financeiro líquido	(10.792)	(4.132)
-------------------------------------	-----------------	----------------

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2014	2013
Risco de engenharia	200.000	153.629
Seguro empresarial	30.880	5.235
Seguro garantia	18.351	10.621
Responsabilidade civil	3.000	4.500
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	6.820	6.967
Total	259.051	180.952

24 Compromissos

a) Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP. Tais compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2014, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da CASAL em 12 de abril de 2012.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria:

Guilherme de Figueiredo Dias
Eduardo Carlos Torzecki

Contador

Rafael Tenório de Lima
CRC/SP nº SP-301889/O-7